

Docentes vão recuperar 477 dias congelados a cada 1 de setembro

Duas linhas vermelhas superadas na primeira reunião mas criada uma nova, avisa Fenprof. Ministro garante abertura para “ajustamentos” na proposta

Alexandra Inácio
 alexandra.inacio@jn.pt

NEGOCIAÇÕES Os professores podem receber os primeiros 477 dias congelados (cerca de 20% dos seis anos, seis meses e 23 dias) a 1 de setembro. O ministro, Fernando Alexandre, garante que a proposta do Governo sobre a recuperação do tempo de serviço corresponde “aos maiores objetivos fixados pelos sindicatos”. O líder da Fenprof até reconhece que duas linhas vermelhas foram ultrapassadas mas critica a criação de uma nova. Dia 13 e 21 há novas reuniões.

A proposta do Governo é que até ao final da legislatura, em 2028, os professores recuperem 20% do tempo a cada 1 de setembro. A devolução será faseada por representar “um esforço orçamental muito significativo”, frisa o ministro.

“É um esforço que o Governo considera necessário e que tinha prometido”, afirma Fernando Alexandre, não revelando o custo estimado da medida por cada alteração aprovada em negociação mudar as contas.

A Fenprof tinha duas exigências à entrada da reunião: a recuperação começar em 2024 e terminar até ao fim da legislatura. E, apesar de o ritmo do faseamento não ser o desejado, Mário Nogueira assumiu que as “duas linhas vermelhas foram ultrapassadas”. O problema é que o Governo colocou em cima da mesa novas. Por exemplo, apontou, a revogação das vagas adicionais para os docentes que reuniam os requisitos para beneficiar



Professores voltam às reuniões com o ministro nos dias 13 e 21 de maio

do “acelerador” criado em 2023, progredirem para o 5.º e 7.º escalões. Ou, o tempo de espera por vaga devolvido pelo “acelerador” ser descontado ao congelado. “É inaceitável. O tempo de espera acresce ao congelado não pode servir para descontar”, diz.

Mário Nogueira garante que vai enviar uma contraproposta. A Fenprof defende, por exemplo, uma solução para os professores no topo da carreira.

“Não defendemos pagamento de retroativos”, frisa Nogueira, explicando que sugerem que a pensão seja calculada de forma diferente.

REVISÃO DA AVALIAÇÃO

Tal como Nogueira, o líder da FNE, Pedro Barreiros, também não esconde a urgência de se alcançar um acordo o mais rápido possível. Os dois referem a “instabilidade” da frágil maioria e defendem a pu-



Fernando Alexandre
 Ministro da Educação

“Nós temos abertura para melhorar a nossa proposta, para que responda melhor às reivindicações dos professores e do sistema educativo”

Pedro Barreiros
 Líder FNE

“Já chega de tempo perdido. Importa resolver a questão o mais cedo possível. Com mais ou menos aproximação, importa concluir para começarmos a usufruir”

blicação do diploma com as regras do faseamento em julho.

“Há três ou quatro meses tínhamos zero”, afirma Pedro Barreiros. O líder da FNE aponta como aspetos positivos o processo arrancar ainda este ano e abranger todos os professores, independentemente do tempo que tenham congelado. A revogação do acelerador também é “uma objeção”.

O ministro garante abertura negocial, frisa que a carreira é complexa, “uma manta de retalhos”, e que a negociação terá de responder a cada docente ao mesmo tempo que se contabiliza o impacto orçamental.

“Não vamos mexer na carreira dos professores agora. Pretendemos fazê-lo. Pretendemos alterar a avaliação, está no programa do Governo, vamos fazê-lo mas não é neste contexto”, avisou o ministro. ●

ID: 110943467

04-05-2024

Professores
recuperam
477 dias
a cada 1 de
setembro

Descongelamento
dura até 2028 P. 22